

Parecer n.º 263/2012

Data: 2012.09.18

Processo n.º 295/2012

Queixa de: A

Entidade requerida: Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar (...)

I - Factos e pedido

1. Em (...) de 2012, A dirigiu ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar (...), o seguinte pedido:

“na qualidade de irmão e familiar mais próximo, de B [...] por natural interesse directo, pessoal e legítimo, vem requerer a V. Exa., acesso a informações clínicas do meu irmão, constantes do processo clínico n.º (...), e processos clínicos posteriores, se os houver, até (...) de 2012, data do seu falecimento nesse centro hospitalar, na modalidade de cópia dos registos clínicos, do Serviço de Cirurgia Geral desde (...) de 2011 e a partir do início de (...) de 2011, do Serviço de Medicina”.

Fez referência a pedido de acesso à informação, respeitante ao seu irmão, efetuado em 6 de janeiro de 2012, *“para efeitos dum direito do doente [...] a uma segunda opinião”.*

2. Na falta de resposta apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida, depois de considerações sobre o pedido de (...) de 2012, referiu, quanto ao pedido de (...) de 2012, o seguinte:

“ [...] atendendo que se trata de acesso a dados de saúde de falecido entende este Centro Hospitalar, de acordo com as orientações contidas no relatório do Grupo de Trabalho ad hoc sobre o Direito de Acesso à Informação Clínica de Saúde, [...] o requerente deve indicar o fundamento do pedido.

6. Face ao atrás, porque se trata de um pedido de acesso a dados de saúde de falecido sem indicação do motivo que justifique esse acesso, suscitando algumas dúvidas quanto à decisão a proferir, aguarda-se o parecer de V. Exas.”

4. Posteriormente o requerente informou a CADA que o pedido de 27 de junho de 2012, *“tem como motivo a existência de possíveis sérias e fundamentadas negligências médicas e dos serviços hospitalares, que ocorreram durante o seu internamento”.*

II - Apreciação jurídica

1. A entidade requerida encontra-se sujeita à Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem outra referência.

2. De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º considera-se documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome.

O regime geral do acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo*”. São, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);

b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);

c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra e à imagem¹.

3. Documentos administrativos nominativos são aqueles que contêm “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*” (alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º).

Pode aceder a tais documentos o titular da informação constante dos mesmos.

Tratando-se de um terceiro o acesso só é permitido se o mesmo “*estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade*” (n.º 3 do artigo 2.º e n.º 5 do artigo 6.º).

É entendimento da CADA que são de classificar como documentos nominativos os que revelam dados do foro íntimo de um indivíduo, como por exemplo os seus dados

¹ J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

genéticos, de saúde, ou os que se prendem com a sua vida sexual, os relativos às suas convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias, ou sindicais, os que contêm opiniões sobre a pessoa, e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir-se numa invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos sujeitos a restrições de acesso “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. No acesso, não autorizado pelo titular, a documentos nominativos, estão em conflito normas respeitantes a dois direitos fundamentais: o direito à “*reserva da intimidade da vida privada e familiar*” do titular da informação (artigo 26.º, n.º 1 da CRP) e o direito de acesso aos “*arquivos e documentos administrativos*” conferido ao interessado na informação (artigo 268.º, n.º 2, da CRP e LADA).

A prevalência de um daqueles direitos fundamentais relativamente a outro deve ser aferida de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Este princípio, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, decompõe-se em três vertentes:

- a) adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem corresponder a um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos);
- b) necessidade (as medidas restritivas são exigidas para alcançar os fins em vista, por não se dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato);
- c) equilíbrio (ficam afastadas as medidas excessivas).

Os fins alegados e demonstrados pelo requerente permitirão verificar se o pretendido acesso é adequado, necessário e não excessivo.

5. A necessidade de conhecer a informação de saúde integra o conceito de interesse direto, pessoal e legítimo nas situações em que familiares próximos da pessoa falecida pretendem fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação.
6. O requerente, no pedido, de 27 de junho de 2012, referiu que o pedido de acesso à informação de saúde em causa “*tem como motivo a existência de possíveis sérias e fundamentadas negligências médicas e dos serviços hospitalares*” que ocorreram durante o internamento do seu falecido irmão.

7. Entende-se que a situação referida se enquadra na previsão da lei e da doutrina expostas, aferidas de acordo com o princípio da proporcionalidade, devendo o direito de acesso aos documentos administrativos prevalecer face ao direito à proteção da privacidade².

8. Conforme dispõe o artigo 8.º, n.º 2, “*os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais*”.

Na situação em apreço, o fim que determina o acesso é o apuramento de eventual negligência médica.

III - Conclusão

Face ao exposto, deve ser facultado o acesso à solicitada informação de saúde.

Comunique-se

Lisboa, 18 de setembro de 2012

Paulo Moura Pinheiro (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)

² No mesmo sentido cfr. os Parecer da CADA n.ºs 251/2010 (no que respeita ao acesso para apurar eventual situação de negligência) e 305/2010 (no que respeita ao acesso para acompanhamento médico de familiares dos falecidos), disponíveis em www.cada.pt, tal como os adiante citados.